

**EDv nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.506.225 - RS
(2014/0328539-7)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : TIMAC AGRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA
ADVOGADOS : MARCIA MALLMANN LIPPERT - RS035570
FABIO LUIS DE LUCA - RS056159
RAFAEL KORFF WAGNER - RS048127
RENAN DE VARGAS BARRETO - RS081314
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ACÓRDÃO(S) PARADIGMA(S) ORIUNDO(S) DA MESMA TURMA QUE O ACÓRDÃO EMBARGADO. ART. 1.043, §3º, CPC/2015. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ATUALIDADE DO DISSÍDIO. SÚMULA N. 168/STJ. INDEFERIMENTO LIMINAR (ART. 34, XVIII, "A", RISTJ).

DECISÃO

Trata-se de embargos de divergência interpostos em face de acórdão proferido pela Primeira Turma, de Relatoria do Min. Gurgel de Faria, que assim restou ementado (e-STJ fls. 1530/1537):

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. INADIMPLEMENTO DE CONTRATOS. JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA.

1. Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ).

2. Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o órgão julgador, de forma clara e coerente, externa fundamentação adequada e suficiente à conclusão do acórdão embargado.

3. O acórdão regional está em conformidade com a orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual incidem o IRPJ e a CSLL sobre os juros de mora e correção monetária decorrente do inadimplemento de contratos, por possuírem natureza de lucros cessantes. Precedentes: AgRg no REsp 1.463.979/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 09/09/2014, DJe 16/09/2014; e REsp 1.685.465/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 03/10/2017, DJe 16/10/2017.

4. Agravo interno desprovido .

Pretende a embargante o afastamento da incidência do IRPJ e da CSLL sobre

os juros de mora e correção monetária decorrente do inadimplemento de contratos (e-STJ fls. 1544/1558).

Para fins de demonstração do dissídio jurisprudencial traz os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REMUNERAÇÃO. DIFERENÇAS. PAGAMENTO. JUROS MORATÓRIOS. NATUREZA JURÍDICA INDENIZATÓRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE OS JUROS MORATÓRIOS. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "O valor pago em pecúnia, a título de juros moratórios, tem por finalidade a recomposição do patrimônio e, por isso, natureza indenizatória, por força de dívida não quitada" (Resp 1.024.188/PR, DJ 28/04/2008)" (REsp 964.122/SE, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe 3/11/08).

2. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp. n. 1.240.191 - RS, Primeira Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, julgado em 17.05.2011).

TRIBUTÁRIO – RECURSO ESPECIAL – ART. 43 DO CTN – IMPOSTO DE RENDA – JUROS MORATÓRIOS – CC, ART. 404: NATUREZA JURÍDICA INDENIZATÓRIA – NÃO-INCIDÊNCIA.

1. Os valores recebidos pelo contribuinte a título de juros de mora, na vigência do Código Civil de 2002, têm natureza jurídica indenizatória. Nessa condição, portanto, sobre eles não incide imposto de renda, consoante a jurisprudência sedimentada no STJ.

2. Recurso especial improvido (REsp. n. 1.037.452 - SC, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 20.05.2008).

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso foi interposto na vigência do CPC/2015, o que atrai a incidência do Enunciado Administrativo Nº 3: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Preceituam os arts. 1.043, do CPC/2015 (art. 546, do CPC/1973) e 266 do RISTJ que o cabimento dos embargos de divergência restringe-se às hipóteses em que configurada a diversidade de tratamento jurídico aplicado a situações idênticas por esta Corte Superior na apreciação e julgamento de recursos especiais pelas Turmas, Seções ou Corte Especial.

Ponderadas as hipóteses de cabimento do recurso em questão, entendo que os presentes embargos de divergência não merecem conhecimento. Isto porque a divergência atual não foi comprovada já que o acórdão embargado e o(s) acórdão(s) paradigma(s) são oriundos de uma mesma turma e, muito embora tenha havido alteração da composição em mais da metade de seus membros, o(s) acórdão(s) paradigma(s), por ser(em) bem anterior(es), não são suficientes para demonstrar a existência de atualidade do dissídio invocado. Assim o precedente:

PROCESSUAL CIVIL. REJEIÇÃO LIMINAR DOS EMBARGOS

DE DIVERGÊNCIA. ACÓRDÃO ORIUNDO DA MESMA TURMA: AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA ATUALIDADE DO DISSÍDIO E DA SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE OS ACÓRDÃOS CONFRONTADOS. ACÓRDÃO DA SEGUNDA TURMA: IMPRESTABILIDADE DE INDICAÇÃO DE DISSÍDIO COM JULGAMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO.

1. Trata-se de Agravo Interno contra decisão que rejeitou liminarmente os Embargos de Divergência.

2. A argumentação relativa à possibilidade de indicação de acórdão paradigma oriundo do mesmo órgão turmário prolator do acórdão embargado, em razão da mudança de sua composição, não aproveita à agravante, tendo em vista que o fundamento adotado na decisão recorrida, nesse ponto, consistiu na ausência de demonstração da atualidade do dissídio invocado. Pouco importa, dessa forma, a circunstância de ter havido alteração na composição da Primeira Turma.

3. De outro lado, ao contrário do que sustenta a agravante, não basta a menção a um determinado instituto ou categoria jurídica para que se admita a análise do mérito da questão discutida nos Embargos de Divergência. É necessário demonstrar a similitude fática e jurídica, o que não ocorreu no caso concreto.

4. Hipótese em que o acórdão embargado versa sobre a manutenção, pelo estabelecimento industrial, de crédito de IPI nas operações de aquisição de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem submetidas ao regime de suspensão do tributo, enquanto o aresto paradigma, da Primeira Turma, analisou tema inteiramente diverso, isto é, o direito ao creditamento, pela adquirente, do ICMS destacado nas notas fiscais emitidas pela fornecedora.

5. Quanto ao precedente da Segunda Turma do STJ (RMS 31.714/MT), a "jurisprudência desta Corte consolidou-se no sentido de que, mesmo sob a vigência do CPC/2015, não se admite como paradigma, em embargos de divergência, acórdão proferido em ações que possuem natureza de garantia constitucional como habeas corpus, recurso ordinário em habeas corpus, mandado de segurança, recurso ordinário em mandado de segurança, habeas data e mandado de injunção" (RCD nos EREsp 1.185.404/AM, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 13/3/2019).

6. Agravo Interno não provido (AgInt nos EDv nos EREsp.n . 1.382.354 / PE, Primeira Seção, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 18.02.2020).

Em verdade, quando o art. 1.043, §3º, do CPC/2015, admite o cabimento dos embargos de divergência *"quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tenha sofrido alteração em mais da metade de seus membros"* não descarta a demonstração da atualidade do dissídio, exigência respaldada na Súmula n. 168/STJ (*"Não cabem Embargos de Divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do Acórdão embargado"*). Dito de outra forma, o acórdão somente é embargável se a embargante demonstrar que com a alteração da composição do órgão colegiado houve uma alteração da posição da Turma julgadora em seu favor, o que possibilitará o sucesso dos embargos de divergência perante o órgão colegiado maior, e não o inverso, qual seja: que a Turma julgadora outrora se posicionava em seu favor e atualmente está julgando

Superior Tribunal de Justiça

contra, o que mina suas possibilidades de sucesso. De registro que "*a finalidade dos Embargos de Divergência é a uniformização da jurisprudência do tribunal, não se apresentando como um recurso a mais nem se prestando para a correção de eventual equívoco ou violação que possa ter ocorrido no julgamento do recurso especial*" (AgInt nos EAREsp 862.496/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, julgado em 16/11/2016, DJe 30/11/2016)

Por fim, nunca é demais lembrar que a atualidade do dissídio é exigência que também abrange os casos onde os acórdãos embargado e paradigma são oriundos de Turmas diversas.

Pelas razões expostas, com fundamento no art. 34, XVIII, "A", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE os presentes embargos de divergência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator